

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.290, DE 2019

Dispõe sobre o reajuste das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa.

Autor: Deputado FELIPE CARRERAS

Relatora: Deputada ANGELA AMIN

I - RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão, em regime de apreciação conclusivo, o Projeto de Lei nº 2.290, de 2019, da lavra do Deputado Felipe Carreras, propondo o reajuste das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa.

O texto estabelece que as bolsas concedidas deverão ser reajustadas todo primeiro de janeiro de cada ano segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos 12 meses anteriores.

Em sua justificativa, o autor sustenta que há um descaso com a formação de capital humano no Brasil, e que, a cada nova crise econômica, os valores das bolsas de pós-graduação e de pesquisa são reduzidos – o que pode comprometer o que já se produziu nos laboratórios dos centros de pesquisa, e atinge as gerações futuras, que não contarão com condições mínimas e adequadas para o desenvolvimento de seus projetos.

Salienta também que, sem investir de maneira sistemática em educação e ciência, qualquer país está fadado ao atraso e à estagnação. O autor informa que o Brasil aplica apenas 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no setor, enquanto a China, mesmo com a economia desaquecida, anunciou que até 2020 destinará 2,5% do seu PIB para ciência e tecnologia. Os Estados Unidos aplicam 2,8% do PIB e a União Europeia se comprometeu a chegar aos 3% ao ano, até 2020.

O proponente pondera, ainda, que está mais difícil realizar pesquisa no Brasil, tornando a seleção dos bolsistas cada vez mais competitiva. Enumera, ainda, o descaso do Estado para com os pesquisadores, os quais estão sem reajuste do valor do benefício desde 2013.

A proposição foi encaminhada inicialmente a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, colegiado no qual, decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas. Posteriormente a matéria será submetida ao escrutínio das Comissões de Educação; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Em uma consideração preliminar, é importante apontar que projeto de lei nº 2.290, de 2019, será analisado nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática no âmbito de seu escopo de competência, definido no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigo 32, inciso III. No caso do texto em análise, o dispositivo é a alínea “a) - *desenvolvimento científico e tecnológico; política nacional de ciência e tecnologia e organização institucional do setor*”.

Dessa forma, o critério de competência desta Comissão para apreciar a matéria está atendido, visto que se trata de garantir que as bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa, quais sejam, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), tenham uma regra de reajuste anual.

Pela relevância da matéria, a proposição merece ser aprovada, visto que pretende garantir a formação de capital humano qualificado para o nosso País, na área da Ciência e da Tecnologia, de forma a permitir a inserção competitiva do País no contexto da economia global.

De fato, o Brasil não investe em Ciência e Tecnologia um percentual de seu PIB compatível com o seu lugar de 9ª economia do mundo. Já figuramos como 6ª maior economia do planeta, mas, em decorrência de crises econômicas sistemáticas, nos últimos anos estamos perdendo posições neste ranking. Não há como caminharmos para um desenvolvimento econômico e social sustentável sem investimentos contínuos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nesse contexto, o Brasil não pode mais descuidar dos investimentos nessas áreas, sob o risco de perdermos a corrida do desenvolvimento – algo que já vem ocorrendo há algumas décadas. É fato que, nos últimos 20 anos, todos os governos, de todos os matizes ideológicos, reduziram o investimento em pesquisa básica e aplicada quando se deparam com crises fiscais.

Essa é uma característica observada em países nos quais os investimentos em pesquisa e desenvolvimento são dependentes dos governos. É o caso do Brasil: durante períodos de recuperação econômica, como o atual, é mais complicado garantir investimentos em Ciência e Tecnologia.

Por outro lado, a capacidade dos mercados de inovar é essencial para que os países se desenvolvam, e o Brasil não é uma exceção. Ou incorporamos a inovação na nossa economia, ou vamos envelhecer como um país marginal do ponto de vista da inserção na economia mundial.

Portanto, sem investimentos sistemáticos e crescentes em Ciência e Tecnologia, o Brasil não terá capacidade de inovar e, sem inovação, a economia brasileira tende à estagnação, o desenvolvimento econômico cessa, e o País entra em um círculo vicioso em que a crise parece interminável.

É justamente nesta situação na qual nos encontramos, e que precisamos reverter. Para isso, é necessário investir mais em Ciência e Tecnologia, pois países que têm investimentos intensivos nesse setor são menos propensos a crises econômicas. A pesquisa e desenvolvimento enriquecem a pauta de comércio não apenas em valor agregado, mas na criação de novos conhecimentos. E isso é essencial para o crescimento não apenas na esfera econômica, mas também na social e na própria consolidação das instituições democráticas.

Em relação especificamente às bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa, salientamos que, de fato, os valores atuais¹ (mestrado - R\$ 1.500 e doutorado - R\$ 2.200) estão bem defasados em função, justamente, da falta de reajustes anuais dos valores das bolsas concedidas.

As bolsas de pós-graduação, segundo a CAPES, subsidiam a formação de pesquisadores que possam contribuir para a realização de pesquisas que gerem produtos e desenvolvimento socioeconômico para o país. No Brasil, as bolsas de pós-graduação fazem parte há 57 anos do universo acadêmico, sendo fator fundamental para a produção científica.

Nesse sentido, a exemplo de qualquer atividade produtiva, a produção acadêmica de um bolsista deve ser considerada como uma atividade de trabalho que merece ser remunerada devidamente, isso é, merece ter o valor de sua bolsa anualmente reajustado, para que ele possa ter a tranquilidade necessária para desenvolver as suas pesquisas.

Diante de todo o exposto, o VOTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.290, de 2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada ANGELA AMIN
Relatora

2019-11090

¹ <http://capes.gov.br/pt/bolsas/premios/47-bolsas-no-exterior/2205-valores-das-bolsas>